

NAZARE

PMS	IN
Jornal	Tribuna de Bahia
Data	02/08/99
Cadastre	Jo
Assunto	CAMPO DA PÓLVORA
	Amã Verde

Programa para adoção de praças entra em nova etapa

A revitalização do Campo da Pólvora, que está sendo realizada pela Prefeitura de Salvador, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado, inaugura uma nova fase do Programa de Adoção de Praças. O projeto foi elaborado por técnicos da Secretaria Municipal do Planejamento (Seplam), os recursos materiais destinados pelo TJ, e a Prefeitura ficou encarregada pela execução das obras. A ampliação do programa implementado no primeiro ano da administração Antonio Imbassahy, vai possibilitar um maior número de adoções.

Desde que foi anunciado em 97 até o momento, o programa devolveu ao cidadão, inteiramente reurbanizados, espaços públicos antes degradados, como a Praça da Inglaterra, adotada pelo antigo Banco Excel, e a Praça Newton Rique, acolhida pelo Shopping Iguatemi. Outras empresas, como a Lebram, que adotou a Praça Marconi, na Pituba, o Grupo Fator, que está urbanizando a Praça Aquários, na Avenida Magalhães Neto, e a Diverbingos, que irá reurbanizar parte do Largo da Mariquita, também se engajaram no programa.

Todas as empresas acima assumiram também a manutenção dos espaços adotados. Mas há casos de adoção, como a do IBR, que não participou das obras da Praça Bahia Sol, em Ondina, mas se propôs a fazer a manutenção do local. Além disso, o programa não se limita à adoção de praças, mas também de monumentos, áreas verdes e espaços livres da cidade. Esta flexibilidade permitiu que a Petrobrás se encarregasse de fazer, através da adoção, a macrodrenagem do Parque da Cidade.

Mas não são apenas empre-



Parceria

Revitalização da Praça do Campo da Pólvora já foi iniciada e tem apoio do Tribunal de Justiça

sas que participam do programa. No Imbuí, a associação de moradores local está se mobilizando para adotar o canteiro central que divide a via marginal da Avenida Jorge Amado. A área é hoje um espaço de lazer para a população do bairro, e a proposta da associação de moradores, em parceria com um colégio do Imbuí, é executar o paisagismo e se responsabilizar pela manutenção da área.

"Desde o início desta admi-

nistração, o governo municipal tem feito esforços para recuperar os espaços públicos da cidade. Os resultados podem ser medidos pela aceitação popular que este governo alcançou e pelos elogios que temos recebidos de visitantes do país e até do exterior. Por isso, acreditamos que as grandes empresas que atuam em Salvador possam se incorporar a este trabalho de reconstrução da cidade", disse Manoel Lorenzo, secretário municipal do Planejamento.

De acordo com o secretário, a disposição da Prefeitura é realizar um trabalho em conjunto com o empresariado. As empresas podem optar por executar um projeto já elaborado pela Seplam, preparar seu próprio projeto - que deverá ser aprovado pelos técnicos da Fundação Mário Leal Ferreira -, executar a obra integralmente ou em parceria com a Prefeitura ou simplesmente dar manutenção ao espaço por um determinado período.

Áreas de proteção ambiental serão fiscalizadas

Com o objetivo de favorecer a ocupação de áreas de proteção ambiental - APA - baseada em parâmetros ambientais, limitando a ocupação humana desordenada e fiscalizando a realização de atividades produtivas, foi inaugurada no último sábado, a sede administrativa da APA Litoral Norte, na localidade de Sítio do Conde.

De acordo com a administradora da área, Carla Fabíola Ribeiro, "inicialmente, o trabalho será de fiscalização, para se detectar o que há de irregular e que deve ser enquadrado na legislação ambiental".

A bióloga cita como principais problemas do município de Conde, as barracas de praia, que deverão ser padronizadas, a retirada de areia para utilização na construção civil, e a ocupação do cordão de dunas para construção de casas.

"As dunas não devem ser ocu-

padas para que não haja risco de contaminação do lençol freático. A contaminação do lençol prejudica o ecossistema, a fauna e a flora. A partir de agora, a ocupação urbana terá restrições", comenta.

O diretor do CRA (Centro de Recursos Ambientais), órgão ligado à secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, Fausto Azevedo, observa que a Bahia

possui 1,8 milhão de hectares em áreas de proteção ambiental, o que representa 3,8% do território estadual. Ele considera de "extrema importância" a instalação da sede administrativa, porque "a Linha Verde vem transformando a vida dessas localidades e o meio ambiente do Litoral Norte", disse.

GIOVANNA CASTRO
Repórter

Região tem manchas da Mata Atlântica

A área de proteção ambiental do Litoral Norte tem 10 quilômetros de largura e 142 quilômetros de extensão. Sob a administração da bióloga Carla Fabíola Ribeiro, estão 142 mil hectares de faixa litorânea, que envolvem os municípios de Jandaíra, Conde, Esplanada, Entre Rios e Mata de São João, além da APA de

Mangue Seco.

A região apresenta charcos, lagoas, cordões de dunas, restingas, cerrados, manguezais e manchas remanescentes de Mata Atlântica. Por esta APA, passam os rios Pojuca, Imbassai, Sauípe, Subaúma, Inhambuê, Itariri e Itapicuru. (GC)

ATIVIDADES

As principais atividades da área, segundo a administradora da APA Litoral Norte, são a extração de côco e o turismo. Carla Fabíola revela a disposição de realizar trabalhos de conscientização junto à população local para que a preservação da APA seja assegurada. "Vamos semear uma questão ambiental, dizendo o que deve ser feito, o que não deve e porquê. O trabalho tem que ser contínuo", comenta.

Ela planeja programas de educação ambiental, com treinamento de técnicos da prefeitura e barraqueiros, palestras em escolas e agências de turismo, para transformar a APA num centro de referência ambiental, facilitando a localização do turista dentro da região. "A idéia é estimular o turismo interpretativo, onde o turista observa e tem o prazer de conhecer a região", completa. (GC)